

ATA DE REUNIÃO DO CIJECE

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às 14:30 horas, na sala de reunião virtual Google Meet, reuniram-se os membros integrantes do Grupo Operacional do Centro de Inteligência do Poder Judiciário – CIJECE, instituído pela Resolução do Órgão Especial nº 04/2021, de 11 de fevereiro de 2021, para a segunda reunião ordinária. Presentes o(a)s Excelentíssimo(a)s Senhor(a)es Juíze(a)s de Direito Cláudio Ibiapina (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TJCE), Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, Fabiano Damasceno Maia, Sirley Cíntia Pacheco Prudência, Izabela Mendonça Alexandre de Freitas e as servidoras Ana Waleska Barroso Barbosa e Maria Caroline Gomes Holanda Girão. Iniciou-se a reunião sob o comando do Exmo. Sr. Juiz Cláudio Ibiapina que, inicialmente, em linhas gerais, reafirmou a necessidade de estabelecer diretrizes de atuação do Centro de Inteligência, ressaltando a importância na divulgação a fim de que o Centro de Inteligência possa auxiliar os magistrados no seu mister, indagou e sugeriu a divulgação do Centro por meio do Portal do TJ, bem como nos grupos de whatsapp existentes, (2) na sequência o Exmo. Sr. Juiz Francisco Eduardo Torquato Scorsafava pronunciou-se ressaltando que o referido Centro possui várias vertentes a serem trabalhadas, acolheu a ideia da divulgação no Portal, sugerindo a criação na página do TJ de um canal aberto que contenha os atos normativos, a finalidade de sua criação e quais os tipos de ações que podem ser trabalhadas, pediu a palavra a Exma. Sra. Juíza Izabela Mendonça Alexandre de Freitas (3) sugerindo a divulgação das propostas via INTRANET, além de sugerir que fosse mantido um diálogo com as Coordenações, p. ex: Família, Juizados, Cível, a fim de buscar as informações necessárias destes tipos de ações que precisam ser trabalhadas, esclareceu que os Juizados já possuem um portal específico e que dentro contém informações das turmas recursais; na ocasião foi dito pelo Exmo. Sr. Juiz Fabiano Damasceno Maia (4) que as propostas são excelentes e salientou a importância do contato com as Coordenações, sugerindo que os mesmos fossem divididos por áreas de atuação com o propósito de obter dados acerca das demandas, e posteriormente, haveria uma reunião englobando todas as áreas, foi facultada a palavra Exma. Sra. Juíza Izabela Mendonça Alexandre de Freitas (5) que questionou inicialmente qual o objetivo do Centro de Inteligência e se a sua atuação será vinculada ao NUGEP, vez que eles tem área de atuações diferentes, para poder definir qual o âmbito de atuação; neste instante o Exmo. Sr. Juiz Cláudio Ibiapina (6) pediu a palavra para explicar que pelo normativo atual o Centro de Inteligência do TJCE foi criado vinculado ao NUGEP haja vista tratar-se de um tribunal de médio porte sem possuir estrutura própria, enfrentando inúmeras dificuldades, inclusive de servidores, mas embora vinculados, estes possuem propostas distintas, sem a existência de vinculação de atividades; a palavra retornou a Exma. Sra. Juíza Izabela Mendonça Alexandre de Freitas (7) para expor sua proposta, qual seja, que o CIJECE tanto trabalhasse de forma repressiva em relação as demandas em massas já propostas, como de forma preventiva, identificando as demandas propostas pelos órgãos (INSS – p.ex: acidente de trabalho, demandas previdenciárias) ante a ausência de um bom alinhamento, e no momento da identificação destas dificuldades poderia ser empreendidas medidas eficazes, por outro lado ressaltou que fosse estabelecido um diálogo com o Tribunal de Justiça para dirimir questões e não causar o represamento de ações no primeiro grau como aconteceu em relação as

medidas protetivas no qual se estabeleceu um conflito de competência, com o intuito de definir se estas ações eram cíveis ou criminais, isso gerou uma celeuma enorme, pontuando a necessidade de uma deliberação rápida para evitar o represamento de ações como nesta situação, sugeriu que o Centro de Inteligência levasse estas questões aos Desembargadores mostrando as consequências para que fossem deliberadas de forma mais rápida, bem como fosse vista a necessidade de levar algumas demandas aos Tribunais Superiores; neste instante o Exmo. Sr. Juiz Cláudio Ibiapina (8) lembrou várias ações anteriores que existiam impasses, ressaltou a possibilidade de ter no grupo operacional de servidores que façam esta interlocução com o primeiro grau, assim como no segundo grau, por meio dos supervisores e assessores que fazem a parte técnica, apresentou como proposta a criação de uma aba do Centro de Inteligência dentro do portal do TJ, devendo ser replicada no portal do NUGEP e dos Juizados Especiais, entretanto, foi observado que não existe esta aba no interior, foi sugerido ainda, esta ideia pactuada pelos juízes presentes à reunião, que fosse ampliado o contato com os órgãos para incluir as Procuradorias, a OAB, o Ministério Público, os Escritórios de Advogados, a ENEL, a CAGECE; foi proposto ainda que fosse divulgado nos grupos de Whatsapp existentes dos magistrados comunicando o início da efetiva atividade do Centro de Inteligência; o Exmo. Sr. Juiz Francisco Eduardo Torquato Scorsafava (9) pronunciou-se no sentido que este contato fosse divulgado após ser disponibilizados os canais de acesso no qual os magistrados tivessem os meios para se dirigirem ao Centro de Inteligência, p. ex.: e-mail, portal do TJCE, assim como demonstrou a importância de solicitar a realização de um mapeamento pela informática do Tribunal e por estatísticos para fazer um apanhado das ações sazonais, como forma de conhecer o acervo de cada área, antes mesmo de divulgar o próprio Centro de Inteligência, como forma de impedir o recebimento de demandas que não estejam na abrangência do Centro de Inteligência; a Exma. Sra. Juíza Izabela Mendonça Alexandre de Freitas (10) sugeriu que fosse dada uma entrevista sobre o Centro de Inteligência para o Jornal Judiciário em Evidência, devendo ficar acessível na aba do Portal do TJCE a fim de alcançar o público interno e o externo, e foi lembrada a sugestão de divulgar as súmulas do NUGEP no whatsapp institucional dos juízes e dos supervisores como sugerido na reunião anterior e que fosse evidenciada que a medida ao ser adotada ajudaria a diminuir a taxa de congestionamento da unidade; por fim o Exmo. Sr. Juiz Cláudio Ibiapina (11) concluiu sintetizando as medidas que serão adotadas, tais como: divulgar a existência do CIJECE, os normativos, a composição, as atribuições e a forma de comunicação com o grupo, devendo acontecer a divulgação do CIJECE nos grupos de whatsapp de juízes, assim como ser concedida entrevista que ficará disponibilizada no link vinculado na aba do CIJECE, com sua divulgação nos grupos de whatsapp, deve ainda ser realizadas reuniões com os representantes das Coordenadorias da Capital e com representantes do interior, podendo ser dividido por regiões, considerando os núcleos da ESMEC. Nada mais havendo a tratar, declarou-se encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que, lida e aprovada, vai assinada.

Fortaleza (CE), aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 2021

Doutor CLÁUDIO IBIAPINA
Juiz de Direito Auxiliar da Vice-Presidência do TJCE